

---

# Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações

Rosemeire Aparecida Almeida \*

Eliane Tomiasi Paulino \*\*

## RESUMO

O texto refere-se a uma análise da questão agrária brasileira a partir de suas condicionantes históricas, com ênfase aos movimentos de resistência e luta pela terra. O respaldo teórico dessa análise é obtido a partir de um resgate da obra de dois autores clássicos, Karl Kautsky e Alexander V. Chayanov e dois autores contemporâneos brasileiros, Caio Prado Júnior e José de Souza Martins. O critério de escolha dos autores e o destaque das obras, tanto dos clássicos quanto dos brasileiros, foram definidos em função das interpretações divergentes acerca da questão agrária e do papel político dos camponeses dentro do modo capitalista de produção. As interpretações resgatadas procuram convergir para um entendimento das relações subjacentes aos conflitos agrários, bem como aos desdobramentos da modernização da agricultura, privilegiando a análise das novas formas de luta empreendidas pelos movimentos camponeses.

**PALAVRAS-CHAVE:** teóricos clássicos, questão agrária, renda da terra, modernização da agricultura, movimentos camponeses.

## INTRODUÇÃO

Segundo os educadores com os quais concordamos, o conhecimento é um processo histórico de criação e desvendamento das potencialidades humanas, direcionado para ações que vão desde a melhor adaptação ao meio até a busca de formas diferenciadas de apropriação.

Desse modo, desde o momento em que foram rompidas as bases comuns de cooperação, sendo instaurados preceitos de diferenciação social, toda a produção humana, seja material ou imaterial, tem revelado ações que reforçam ou dilapidam as bases de sustentação de estruturas sociais consolidadas. Em outras palavras, advogam a mudança ou a manutenção do *status quo*. Daí concluir-se que somos sujeitos políticos, pois inelutavelmente adotamos posturas que, dentro de uma sociedade desigual, manifestam

posicionamentos favoráveis ou contrários à ordem vigente.

Nessa perspectiva, a proposta de refletir sobre os modelos teóricos voltados à compreensão da questão agrária pode apontar, e é o que se pretende, para a necessidade de manter aceso o debate entre os geógrafos sobre tal questão, pois o desvendamento dos elementos subjacentes à configuração do território brasileiro, tarefa dos geógrafos, não pode ser feito a contento sem um olhar cuidadoso para o campo, cujo emaranhado de relações confere significação inclusive às formas históricas e rumos que essa sociedade vem trilhando. É isso que torna pertinente o debate, pois apesar dos níveis de desintegração ética/política a que esta ciência (assim como as demais) se encontra submetida, pelos níveis crescentes de mercantilização do conhecimento e conseqüente vulnerabilidade da autonomia intelectual,

---

\* Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Rua Bernardino Montalvão, 1537 CEP 79604-020 e-mail: rose@sna.com.br

\*\* Professora Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – Caixa Postal 6001 CEP 86090-970 e-mail: lpaulino@onda.com.br

prevalece a convergência em torno de um objetivo maior da ciência geográfica, que é a busca de caminhos alternativos para uma sociedade que progressivamente se biparte, acentuando o fosso entre os que acumulam e os que nada possuem.

Ao centrarmos nossa reflexão em questões que envolvem diretamente a propriedade privada da terra e as relações por ela engendradas, envolvemo-nos no esforço de fornecer elementos que podem contribuir com uma luta que não é somente dos agricultores, dos trabalhadores sem terra, mas de toda a sociedade, uma vez que a exclusão provocada pela estrutura agrária vigente não afeta apenas os pobres do campo, mas dilapida a cidadania, que no Brasil ainda está por ser construída.

Considerando que tal estrutura é resultado de um jogo de forças internas historicamente definidas, mas que são coerentes com os ditames do capitalismo, buscaremos inicialmente nos autores clássicos os apontamentos que nos permitem desvendar a evolução agrária dentro da lógica desse modo de produção. São esses apontamentos, recuperados por autores contemporâneos, que lançam luzes para a análise da questão agrária brasileira, cujas expressões mais recentes são o processo de modernização e o acirramento dos conflitos pela posse da terra.

## 1. KARL KAUTSKY E “A QUESTÃO AGRÁRIA”

O legado teórico deixado por Kautsky conduz, a princípio, à ressalva de que não se pretende esgotar sua obra nestas considerações, reconhecidamente superficiais, antes pretende-se reforçar o hábito entre os pesquisadores de retornarem aos clássicos, sob pena de perderem a dimensão de seu trabalho nas sucessivas interpretações de caráter simplificador, como esta.

Cumprido salientar que essa obra foi produzida num contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã do final do século XIX, em que se debatia as propostas de transformação da sociedade e, particularmente, o papel reservado à agricultura e ao campesinato nesse processo. **A Questão Agrária** foi, dessa forma, uma resposta aos seus críticos, os quais possuíam leituras e posturas políticas conflitantes.

Na avaliação de Kautsky, a classe camponesa

comparava-se como uma incógnita dentro da proposta de construção do socialismo, em virtude de sua superioridade numérica, bem como de sua inconstância política, cujos interesses entrelaçavam-se ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando dificuldades para enquadrá-la em padrões definidos de comportamento e, por conseguinte, criando uma incerteza nas lutas políticas que se pretendia travar.

Outrossim, o acirramento do debate sobre os camponeses se explicitava à medida em que se vislumbrava a lentidão com que o desaparecimento dessa classe se processava, num processo ambíguo que contemplava inclusive seu fortalecimento em algumas regiões. Portanto, é nesse contexto que Kautsky procurou reforçar sua visão, fundamentada na concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação.

Nessa perspectiva, o eixo condutor da obra está baseado na leitura de que a indústria seria a força motriz da sociedade, sendo portanto o agente indutor da evolução que se processava à olhos vistos. Dentro dessa lógica, os tentáculos da indústria se expandiriam para os mais longínquos recantos, inclusive nas regiões onde ainda predominava o modo de vida camponês. Para Kautsky, por mais impermeáveis às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiria no veículo de seu desaparecimento.

Sua visão sobre o campesinato era altamente depreciativa: essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção. Nessa linha de raciocínio, a conquista do socialismo seria inexorável, pois o capitalismo engendrava os elementos de sua própria destruição. Entre esses elementos, reservava ao operariado urbano o papel supremo de conduzir o processo revolucionário.

A experiência inédita de aplicar a doutrina marxista na interpretação das transformações ocorridas no campo com o advento do capitalismo, gerou a tese da penetração do capitalismo na agricultura, cujos desdobramentos seriam idênticos às redefinições sócio-econômicas desencadeadas pelo modelo urbano-industrial.

Assim, apesar de ser admitida a existência de outras classes sociais, apenas o antagonismo entre a burguesia e o proletariado moveria a sociedade, sendo o socialismo uma consequência pura e simples do pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Nesse modelo teórico, a proletarização camponesa seria um processo irreversível e irrestrito, havendo importantes evidências empíricas que o reforçavam, sobretudo a desestruturação da indústria artesanal doméstica.

No final do século XIX, pouco restava dessa que fora o sustentáculo da economia feudal e a base da organização camponesa, haja vista a inserção em massa do campesinato no mercado de consumo e de trabalho. Por conseguinte, a estratégia camponesa adotada para suprir as necessidades monetárias impostas pela nova ordem, provocou um enorme descompasso no campo, pois a sazonalidade das atividades agrícolas vinha gerando progressivos excedentes de mão de obra, problema inexistente no modo de produção anterior, dada a articulação agricultura e indústria doméstica, a qual ocupava a maior parte da força de trabalho nos períodos de entressafra.

Assim, um dos caminhos da proletarização estaria centrado nesse ciclo vicioso, pois à medida em que os camponeses passavam a trabalhar para outrém, menos tempo dedicavam à sua própria unidade, implicando na redução da produção interna, obrigando-os a vender sistematicamente mais força de trabalho.

No entanto, essa mercantilização, denominada trabalho acessório, também seria portadora de mudanças qualitativas, pois através das migrações camponesas temporárias, em busca de trabalho, especialmente para as regiões onde as relações de assalariamento já eram uma realidade na agricultura, é que haveria a oportunidade dos camponeses aprenderem com os operários as regras básicas de trabalho e organização coletiva, aprendizado este indispensável para o sucesso da revolução socialista.

Kautsky classificava como equívoco a teoria da superioridade da agricultura familiar sobre a capitalista, advertindo que o aumento numérico das unidades familiares de produção eram um indício de agravamento da condição camponesa, pois revelavam a fragmentação das explorações.

Reiterou diversas vezes o uso inadequado dos métodos estatísticos, ao entender que o aumento

numérico não expressava a superioridade econômica da agricultura familiar e sim a perda do seu papel produtivo. Isso porque essas unidades não estariam mais sendo utilizadas para a produção agrícola, mas apenas como local de moradia dos trabalhadores, já que sua reprodução já estaria vinculada à venda da força de trabalho.

Explicitou a lógica funcional do binômio minifúndio/latifúndio, sendo que nos primeiros as limitações físicas de terra e equipamentos geravam mão-de-obra ociosa, justamente a mercadoria imprescindível para o sucesso da grande exploração: assim, a essência da intercomplementaridade estaria assentada no fator força de trabalho. Porém, essa troca implicaria num aprofundamento das diferenças qualitativas entre a grande e a pequena exploração.

As projeções sobre a evolução das relações de produção no campo demonstram que Kautsky não admitia a possibilidade da exploração ser efetuada de modo racional nas pequenas unidades, por vislumbrar a viabilidade econômica somente na grande exploração, pela suposta capacidade de aproveitamento máximo das instalações, instrumentos e força de trabalho.

Dessa maneira, Kautsky conclamava a supressão da pequena exploração, por entender que a mesma resistia tão somente por estar assentada no sobre-trabalho e na sub-alimentação dos camponeses, condição mais aviltante, em sua ótica, do que o próprio assalariamento. Em suma, advogava a inviabilidade da agricultura camponesa e a viabilidade da grande exploração capitalista, tomando para si a tarefa política de apregoar suas fragilidades e, assim, abreviar o tempo necessário ao desaparecimento da primeira e a emergência do proletariado.

*“Operários bem nutridos e bem remunerados, além de inteligentes, eis a condição indispensável para uma grande exploração racional. (...) O movimento operário, elevando o nível moral e econômico do proletariado agrícola, combatendo a barbárie camponesa, criará – e é esta a sua tarefa – a condição básica para a grande empresa agrícola racional. Ao mesmo tempo, fará desaparecer um dos últimos pilares da pequena exploração”* (Kautsky, 1980, p.135).

Nessa linha de raciocínio, a grandes

explorações capitalistas seriam as precursoras das cooperativas agrícolas socialistas, sendo sua expansão uma condição inalienável, visto serem as únicas a possuir os elementos que conduziriam à cooperativa socialista.

Tudo isso revela que, em seu entendimento, o caminho para a coletivização não poderia ser trilhado pelo campesinato, devendo o mesmo passar pela experiência concreta da proletarianização, da socialização através do trabalho coletivo. Somente o sucesso dessas cooperativas romperia com a resistência e desconfiança dos camponeses, conduzindo-os naturalmente à organização coletiva, a qual finalmente promoveria a abolição definitiva da propriedade e exploração individual da terra. Inequívoco, portanto, o entendimento de Kautsky acerca do papel político do proletariado em conduzir o campesinato na luta pela transformação social.

## 2. "LA ORGANIZACIÓN DE LA UNIDAD ECONÓMICA CAMPESINA" DE ALEXANDER V. CHAYANOV

Contemporâneo de Kautsky, Chayanov produziu essa obra num contexto onde o debate sobre o campesinato encontrava-se no auge, ao qual já fizemos referência. Desse modo, esta obra constituiu-se em um marco pioneiro no estudo sobre a composição e organização das unidades econômicas camponesas, apresentando um estudo pormenorizado dessa forma de organização econômica e social. Com isso, o enfoque privilegia elementos desconsiderados pela maior parte dos teóricos clássicos.

Para Chayanov, o fato do trabalho familiar ser uma forma de produção ainda dominante no mundo, impunha a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa de seu conteúdo, pois qualquer tentativa de construção de futuras formas econômicas deveria partir necessariamente da realidade existente. Desse modo, a partir da teoria do balanço entre trabalho e consumo, Chayanov procurou demonstrar as diferentes formas pelas quais as unidades camponesas alcançavam o equilíbrio interno.

Uma delas seria a necessidade de absorção da força de trabalho da família camponesa, que procurava orientar suas atividades no sentido de aproveitá-la ao máximo, inclusive evitando

períodos de ociosidade. Essa era uma preocupação constante dentro da agricultura, pelas suas próprias características, em virtude da instabilidade na demanda por mão de obra nos diferentes estágios biológicos das culturas.

Nisso distinguiam-se a agricultura camponesa e capitalista, pois diferentemente desta, a força de trabalho era constante, não podendo ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos. Portanto, culturas que reclamavam intensa força de trabalho, totalmente desinteressantes do ponto de vista capitalista, por proporcionar baixos rendimentos líquidos, eram realizadas pelos camponeses, pela necessidade de driblar o desemprego interno.

Demonstrou que essa especificidade da unidade econômica camponesa se constituía em empecilho à adoção de máquinas, por serem poupadoras da mão de obra que os camponeses necessitavam ocupar. Além disso, elucidou a inviabilidade de sua utilização em virtude da relação inversamente proporcional entre custos para a aquisição/manutenção de máquinas e disponibilidade de terras.

Diferentemente de Kautsky, que atribuiu à falta de inteligência e incompetência em operar as máquinas, essa leitura da lógica camponesa conduziu à interpretação de que a economia de força de trabalho era o principal fator a impedir os camponeses de empregarem máquinas, enfim, de modernizarem suas atividades, a fim de salvaguardar o emprego interno. A mecanização, portanto, somente seria aceitável caso houvessem outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumento dos ganhos brutos, mediante intensificação de cultivos.

Desvendada essa lógica, Chayanov elucidou o papel da composição familiar dentro da teoria do balanço entre trabalho e consumo. Para ele, a mesma seria um elemento chave nesse balanço, por determinar o grau e a intensidade da atividade econômica camponesa. A força de trabalho, dessa forma, manteria íntima relação com os membros capacitados da família.

Por essa razão, considerou imprescindível levantar a composição biológica e etária dos seus componentes, em virtude de haver uma variação conjunta e indissociável entre as fases da família e o balanço entre trabalho e consumo: no início da composição familiar, a partir do matrimônio, haveria uma sobrecarga de consumidores (os filhos pequenos) sobre os trabalhadores. À

medida em que os filhos cresciam, passando a trabalhar, a unidade caminhava para um estado de equilíbrio entre o número de consumidores e o número de trabalhadores, sendo esse novamente desfeito à medida em que avançava a idade dos pais e os filhos contraíam matrimônio. Nessa fase, declinaria novamente o número de trabalhadores, aumentando o peso dos consumidores sobre esses.

No entanto, cumpre salientar que a composição familiar comparecia apenas como uma das variáveis: haveria uma relação direta entre área da unidade econômica, força de trabalho disponível e atividades comerciais e artesanais, de modo que quanto menor a área disponível para cultivo, maior a necessidade de aumentar os ganhos da família através da realização de atividades não agrícolas. Conseqüentemente, a pressão exercida pelas necessidades de consumo seria o fator determinante no grau de utilização e intensificação da força de trabalho.

Lembrou que a intensificação do trabalho poderia se dar até um determinado limite, imposto pelas próprias condições humanas em despende energia; ao ser atingido, haveria uma relação inversamente proporcional, onde a cada aumento de esforço, diminuiriam os ganhos, não mais resultando em vantagens econômicas para a unidade.

Para Chayanov, esses princípios regiam todos os tipos de exploração, inclusive as capitalistas. A diferença estaria nos caminhos distintos para se alcançar o ponto de equilíbrio: a exploração capitalista era dimensionada a partir dos meios de produção, mais precisamente da terra disponível, sendo que as demais condições de produção deveriam a ela se adequar. Nas unidades camponesas ocorreria o inverso, pois as mesmas tinham que organizar-se a partir da força de trabalho disponível e do número de consumidores integrantes da família, sendo essas duas variáveis a dimensionar o volume da atividade produtiva.

Em outras palavras, as explorações capitalistas adequariam a contratação de mão-de-obra de acordo com o potencial produtivo da unidade econômica, de forma que permanecendo inalteradas as condições materiais, a intensidade da exploração se manteria indefinidamente. O mesmo não ocorreria nas unidades camponesas, pois a força de trabalho era inerente à composição

familiar. Como essa era variável em virtude da dinâmica etária da família, mesmo que se mantivessem estáveis as condições materiais, a intensidade da atividade sofreria variações ao longo do tempo. Além disso, o padrão ótimo de exploração dificilmente poderia ser alcançado pelas unidades familiares pois, via de regra, a terra disponível estava aquém do potencial da força de trabalho familiar.

Chayanov também analisou os mecanismos de intensificação e redução de capitais nas unidades camponesas e a forma encontrada pelas famílias para adequarem-se a essas variações, concluindo que a maior aplicação de capitais na unidade resultava em maiores índices de produtividade e, conseqüentemente, em menor desgaste físico dos trabalhadores. Por outro lado, quanto menor a disponibilidade de capitais, maior o esforço físico necessário para a exploração da unidade. Com isso, a insuficiência de terras e instrumentos de trabalho nos momentos em que as atividades comerciais e artesanais produziam uma remuneração muito baixa, induziria os camponeses a recorrer à sobreexploração do trabalho, de modo que o aumento bruto da produção era assegurado por enorme esgotamento físico, resultando num decréscimo relativo da produtividade do trabalho.

Entendeu que a exaustão dos trabalhadores sem retorno econômico à altura, inequívoca incongruência do ponto de vista capitalista, se constituía em recurso para que as unidades camponesas mantivessem seu equilíbrio, mesmo piorando o nível de bem estar da família; caso não fosse possível recorrer a essa estratégia, a unidade passaria a exportar trabalhadores.

Outrossim, a limitação da atividade produtiva imposta pela escassez dos meios de produção não seria o único indutor ao abandono da unidade ou à realização de trabalhos acessórios, destacando-se a possibilidade de obter ganhos maiores a partir do mesmo esforço físico.

*“La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que pueden aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la*

*retribución más alta por unidad domestica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones mas ventajosas. (...) El unico rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico” (Chayanov, 1974, p.120).*

Em outras palavras, a inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky seria sinônimo de proletarização, foi interpretada como recurso para a manutenção da condição camponesa. Para Chayanov, essa não se confundiria com a postura burguesa de acumulação, pois lógicas distintas mediavam as explorações capitalistas e camponesas. Apesar das unidades camponesas buscarem a melhor remuneração possível, não estavam fundamentadas na lógica do lucro.

Mesmo admitindo a instabilidade proveniente da relação mercantil, pelo fato da maior parte dos preços agrícolas serem determinados a partir de contingências mundiais, a inserção no mercado não era vista de forma apocalíptica pois, para Chayanov, isso abria aos camponeses a possibilidade de dedicarem-se a uma menor variedade de cultivos, produzindo espécies de maior rendimento em relação à força de trabalho empregada, permitindo-lhes conservar apenas as culturas de subsistência com menor demanda de trabalho, coisa impensável dentro da organização das aldeias feudais.

Ao partir do pressuposto de que o capitalismo preservava diferentes formas de produção, atuando nos vários sentidos que possibilitassem a apropriação dos resultados do trabalho, entendia que a inserção no mercado não representaria necessariamente destruição, mas redefinição das formas de produzir.

Com relação à renda da terra, classificou-a como um fenômeno real, econômico e social, criado a partir de uma gama de relações sociais oriundas das bases da produção agrícola. Entretanto, nas unidades camponesas os ganhos se realizariam sob a forma de rendimentos brutos,

divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, o que tornava muito complexa a sua estimativa. Apesar da qualidade do solo e a situação geográfica da unidade ante os mercados interferir nos custos de produção, os resultados não se traduziriam em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, refletindo-se no nível de consumo e bem estar da família.

Teóricos defensores da tese de que o capitalismo estava prestes a suprimir o campesinato da história, fizeram severas críticas à Chayanov, alegando ser a sua obra obsoleta, por dedicar-se à uma classe social em vias de desaparecimento. Acusaram-no também de estar politicamente voltado à defesa de interesses burgueses, ao valorizar essa classe, tida como reacionária, contrária aos interesses da revolução socialista.

Porém, cumpre salientar que Chayanov não se propôs a elaborar uma teoria geral, que pudesse explicar a mobilidade e dinâmica da sociedade a partir da lógica camponesa. Restringiu-se às suas características internas, embora apontasse a sua coexistência com o modo capitalista de produção. Concordava que o desenvolvimento do capitalismo provocava o desaparecimento de outras formas econômicas, admitindo inclusive a possibilidade de desaparecimento do campesinato, porém não com a rapidez, intensidade e ritmo propalado por teóricos como Kautsky.

Isso se evidencia quando Chayanov afirma não estar disposto a colocar uma camisa de força na realidade, adequando a realidade à teoria, como faziam os que ignoravam a expressão numérica e importância do campesinato naquele momento histórico, o que não lhe impediu de propor estratégias de desenvolvimento visando uma transformação social.

*“Si, para decirlo de un modo general, no queremos arriesgar la estabilidad y flexibilidad de manobra del capitalismo de estado, no podemos abandonar el principal sector de nuestra economía en un estado elemental de desarrollo. Puesto que nostra agricultura es de carácter elemental deberemos aceptar siempre como algo dado tanto nuestras demandas internas como nuestras provisiones de matéria prima, tanto en cantidad, como*

*en calidad, lo cual significa tambien una negacion de la libertad para desarrollar la planificacion y la industria manufacturera. Sin duda, una serie de medidas de politica economica general respecto del transporte, derechos aduaneros, impuestos y otras esferas pueden tener a veces un importante efecto indirecto en la creacion y desarrollo de unidades economicas campesinas. Pero esta influencia no es suficiente para la mision del capitalismo de estado, y debemos proponeremos llegar ao control directo de la organizacion de la unidad economica campesina elemental"* (Chayanov, 1974, p. 315).

O caminho para a interferência sobre as unidades camponesas seria o cooperativismo, a única forma eficaz, segundo Chayanov, para competir em uma estrutura de mercado consolidada mundialmente, visivelmente sob o controle das grandes corporações. Assim, o aparato técnico e objetivo da produção camponesa somente poderia ser resgatado mediante a organização cooperativa, que a induziria ao uso coletivo de instrumentos e meios de produção, resultando num aumento da produtividade e melhoria da qualidade.

Portanto, é inequívoco que Chayanov, tal qual os demais teóricos marxistas, buscou uma interpretação dos fenômenos sociopolíticos orientado pela utopia de uma sociedade planejada de iguais, porém não o fez suprimindo o campesinato, a classe destoante; antes, preocupou-se em compreender a lógica camponesa para poder modificá-la, sem contudo destruir seus agentes.

### 3. CAIO PRADO JÚNIOR E "A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL"

A diversidade teórica construída pelos pensadores clássicos, como os arrolados anteriormente, tornou-se o ponto de partida no esforço de entendimento da questão agrária contemporânea, razão pela qual resgataremos parte da rica interpretação da questão agrária brasileira.

Para Caio Prado, a questão agrária aparece antes de tudo como um problema humano, chamando nossa atenção para o método a ser empregado na análise da questão agrária, ou seja, o ângulo que se escolhe para problematizar o campo brasileiro.

Assim, procura investigar a situação de miséria e exclusão da população trabalhadora rural, partindo do pressuposto de que a marginalidade é derivada do alto grau de concentração da propriedade fundiária. No entanto, não concorda com aqueles que defendem a subdivisão da propriedade como sendo o passo decisivo na correção das desigualdades na vida agrária brasileira.

Segundo o autor, o enfoque demasiadamente centrado na distribuição fundiária, encontra explicação numa interpretação errônea do processo histórico brasileiro, resultando numa tentativa inócua de transpor para essa realidade modelos europeus. Alguns teóricos envolvidos nessa concepção, defenderam que a economia agrária brasileira ainda seria um reduto de relações feudais, haja visto a persistência do latifúndio. Com isso, haveria a necessidade de superação dessa estrutura obsoleta e a libertação da classe social subjugada. Este seria o caminho necessário para o campo brasileiro inserir-se no mercado e ir ascendendo para relações capitalistas de produção e trabalho.

*"É o caso entre outros da meação, que considerada em seu aspecto puramente formal e estático, e conceituada dentro do esquema teórico que enxerga "restos feudais" em nossa organização agrária, foi tida muitas vezes como uma instância desses "restos feudais". O que leva a conclusão, sempre dentro daquele esquema, que constituindo as relações feudais formas mais primitivas que as do capitalismo, há que superá-las e as substituir por estas últimas, a saber, pelo salaríato puro"* (Prado Jr., 1981, p. 69).

Essas afirmações caminham no sentido de descartar qualquer possibilidade de existência de resquício feudal em nossa organização agrária, pois a evolução da economia brasileira estaria centrada na apuração da relação de emprego, já que o que tínhamos aqui eram restos escravistas.

*"(...) A situação no Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de*

*produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre” (Prado Jr., 1981, p.158).*

A citação evidencia outro ponto de divergência entre Caio Prado Jr. e seus interlocutores: trata-se da questão do campesinato. Para esse, inexistiria no Brasil tradição camponesa, pelo simples fato de que a essa população não foi dada a oportunidade histórica de acesso à terra. O quadro agrário seria resultado de situações cíclicas, fruto da vinculação da grande propriedade a gêneros de grande valor comercial, sofrendo assim as flutuações conjunturais típicas da relação mercantil de caráter estritamente especulativo. Consequentemente, a importância da pequena propriedade se evidenciaria somente nos momentos de crise da grande exploração, graças à sua natureza de “negócio”.

*“É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário, em ambas as formas acima assinaladas em que se apresenta, se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso “negócio”, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra” (Prado Jr., 1981, p.53).*

O pressuposto de que a relação de trabalho predominante na agropecuária brasileira é o assalariado, mesmo quando esse aparece camuflado em outras modalidades de pagamento, leva Caio Prado a vincular Reforma Agrária à elevação dos padrões de vida da população rural. Esse objetivo seria atingido com a implantação de duas medidas fundamentais: extensão da proteção legal ao

trabalhador rural e maiores oportunidades de acesso à propriedade da terra.

*“Em suma, e não precisamos mais insistir aqui no assunto, a melhoria das relações de emprego rural em benefício do trabalhador, e pois das condições de vida desse trabalhador, melhoria essa determinada pelo duplo e concorrente impulso da legislação social trabalhista e da luta reivindicatória do trabalhador (fatores esses que sempre se condicionam e estimulam mutuamente), constitui na conjuntura atual da agropecuária brasileira um poderoso e sem dúvida também o principal fator de transformação de nossa economia e estrutura agrária” (Prado Jr., 1981, p.157).*

Com isso, ele não negou o sistema vigente; muito pelo contrário, suas reformas enquadraram-se no modo de produção capitalista. Por outro lado, elas seriam pré-requisitos para a introdução futura de formas socialistas de produção. Todavia, naquele momento histórico (década de 60), a economia encontrava-se totalmente estruturada na grande exploração agrária voltada para o mercado externo, de modo que a luta reivindicatória dos trabalhadores rurais, que seria a mola propulsora para a renovação da economia agrária brasileira, estava focalizada na conquista de melhores condições de trabalho.

#### 4. “OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL” DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Somadas às contribuições de Caio Prado, Martins torna-se um referencial nos estudos agrários brasileiros, pelo enfoque dado aos camponeses e o entendimento particular da expansão capitalista no campo.

O desvendamento do lado contraditório dessa expansão, expresso na constante recriação de formas não-capitalistas de produção (camponesas), tem na análise da sujeição da renda ao capital a evidência de que esse vai assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador. Com isso, Martins imprimiu novos contornos à discussão da Reforma Agrária, demonstrando ser essa uma luta contra o capital.

*“(...) não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade”* (Martins, 1981, p.14).

Martins defende a existência de uma classe camponesa que, apesar de não se constituir um resquício feudal, também não pode ser reduzida à condição de assalariada, divergindo assim de Caio Prado Jr. Defende que a ausência de conceituação precisa e tentativa de escamoteamento da existência camponesa é conseqüência de sua exclusão do processo histórico brasileiro. O resultado dessa exclusão ideológica se evidenciaria no desmerecimento dos movimentos sociais, na classificação evolucionista que os concebe como atores pré-políticos, sendo necessária a intervenção de agentes externos para transformá-los em políticos. Ao empreender esforços no sentido de desvendar as origens do campesinato brasileiro, Martins pôde explicitar os fundamentos subjacentes à esse entendimento.

Para ele, o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista/latifundiário/exportador. Diferentemente do camponês europeu, a ele não foi dado o direito à terra, restando a posse precária como alternativa, como é o caso do regime de sesmarias, onde a carta de concessão tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros.

*“Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determina fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão”* (Martins, 1981, p. 38).

A Lei de Terras de 1850 representa um divisor de águas do campesinato, pois no momento em que a terra torna-se mercadoria, antevendo o colapso do trabalho escravo, o campesinato passa a tomar outra forma: agora, são explicitadas as

diferenças de classe, encobertas pelo sistema escravocrata, sendo que a propriedade fundiária se transforma no laço que passa a subjugar o trabalho livre. Assim, com a iminência da abolição, teremos o oposto do período escravista, pois a concentração fundiária, historicamente condicionada pela necessidade de manutenção desse modelo (a instalação de uma economia livre do tributo representado pela compra do escravo poderia inviabilizá-lo), no raiar da República, passa a ser o fator principal da sujeição do trabalho, conforme nos indica Martins (1981, p. 43):

*“Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (...).”*

Nessa interpretação, a luta do posseiro seria anticapitalista, por tratar-se de uma tentativa de impedir que a terra-trabalho se transforme em terra-especulação/exploração do trabalho. Com isso, o elemento primordial no entendimento da contradição terra/capital é a compreensão do processo de formação do capital, o qual permitirá o entendimento da expansão do capitalismo no campo, portanto, da renda da terra.

Partindo do pressuposto de que o capital resume-se a trabalho acumulado pelo capitalista, Martins descarta a possibilidade da terra ser capital pois, ao não ser produto do trabalho, se apresenta como um meio de produção *sui generis*. No entanto, da mesma forma que o capital se apropria do trabalho, que também não é fruto do trabalho (não tem valor), ele consegue se apropriar da terra mediante o pagamento de um tributo, a renda. A apropriação capitalista da terra vai transformá-la em equivalente de capital, tornando possível a subordinação do trabalho agrícola.

Indica assim que a renda paga ao proprietário da terra não nasce na produção, sendo transferida ao mesmo somente no momento da distribuição da mais-valia, pois apesar da mais-valia ter origem na produção, é realizada no momento da circulação da mercadoria. Ao desvendar os

meandros da renda, Martins (1981, p. 169) consegue desvendar a origem de seu pagamento:

*“A renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la se fico olhando só para o aluguel, quando ele existe. Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores dessa mesma sociedade.”*

Com isso, para se efetuar a exploração capitalista, não é necessário concentrar a propriedade da terra, bastando pagar a renda. No entanto, aqueles que imobilizam dinheiro na compra de terras compram o direito de extrair renda da sociedade inteira; outrossim, essa não é uma relação mutuamente excludente pois um proprietário fundiário pode ao mesmo tempo ser capitalista, bastando para isso dispor de capital suficiente para promover a exploração econômica da propriedade.

Nesse contexto, Martins admite que a propriedade da terra é uma contradição do capitalismo pois, apesar de cobrar um tributo do capital, não pode ser considerada uma excrescência, por ser uma figura interna a essas relações. A condição capitalista da terra é inerente e está oculta, razão pela qual é fundamental separar produção do capital e reprodução capitalista do capital, onde a primeira nunca é produto de relações capitalistas de produção.

*“Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra”* (Martins, 1981, p.171).

Dessa maneira, Martins refuta a existência de sujeição formal ou real do trabalho na produção

familiar. A sujeição real é descartada porque os pequenos proprietários continuam em sua maioria donos da terra e dos instrumentos de trabalho; mesmo em se tratando de relações de integração com a agroindústria o autor as nega, classificando-as de sujeição de renda da terra ao capital. Esta estaria oculta na circulação das mercadorias, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas, através da produção de alimentos a baixo custo.

*“(...)o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado (...), o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe”*(Martins, 1981, p.175).

É por essa razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma Reforma Agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhe é imposto.

## 5. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONFLITOS AGRÁRIOS

Diferentemente da difundida versão da passividade camponesa, a história brasileira é marcada pelos conflitos no campo e repressão empreendida por milícias privadas e forças institucionais. Como exemplo podemos citar Palmares, o maior movimento de luta pela terra e resistência popular da história brasileira, cujo espírito de solidariedade e posse coletiva da terra lhes permitiu rechaçar os ataques dos fazendeiros e das forças públicas por nada menos que um século.

Nem mesmo a abolição pode ser creditado o sentido da liberdade que os camponeses tanto buscaram. Contudo, a redefinição das relações de trabalho implicou num aumento da consciência sobre a sua situação de exclusão, gerando movimentos camponeses que tentaram

resolver problemas sociais, principalmente os decorrentes da falta de acesso à terra. Outrossim, conforme já se fez referência, a dificuldade em admitir a ação e capacidade política de organização dos camponeses levou a maioria dos autores brasileiros a classificarem-nos de pré-políticos, como ressalta Medeiros (1989, p.12):

*“Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão.”*

Assim, essas lutas eclodiram sistematicamente, intensificando-se de acordo com conjunturas específicas, como é o caso da cultura cafeeira e a imigração européia do final do século passado, onde as condições de vida e trabalho eram as piores possíveis. Um exemplo foi o conflito ocorrido na fazenda Ibicaba em Limeira, cujo saldo político foram as medidas dos países de origem dos imigrantes, que obrigaram o governo brasileiro a garantir o arrefecimento dos métodos de exploração praticados pelos fazendeiros.

Muitas outras lutas contra o latifúndio e a exploração mobilizaram o exército e as forças conservadoras, como Trombas e Formoso em Goiás e Porecatu no Paraná, mas somente as Ligas Camponesas conseguiram colocar os conflitos do campo brasileiro na agenda nacional. As Ligas foram a verdadeira expressão das tensões e injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais em toda a história de desigualdades, como observa Martins (1981, p.66):

*“É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, a medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente que surgem as Ligas Camponesas, em 1955.”*

O fortalecimento das Ligas Camponesas se

fez principalmente a partir do término da ditadura Vargas, reforçando seu papel no enfrentamento dos conflitos a partir da bandeira da Reforma Agrária radical. Esse movimento expandiu-se por 13 Estados brasileiros, culminando com a criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a qual marcou um momento de dissidência entre os setores da sociedade que apoiavam a luta pela terra, conforme podemos verificar em Medeiros (1989, p. 55).

*“Como eixo da divergência, que então se tornou evidente, estava a concepção sobre o sentido da “revolução brasileira” e sobre o caráter da reforma agrária a ser implementada. Embora tanto o PCB, como as Ligas usassem a linguagem da “Reforma Agrária Radical”, o sentido dado a essa expressão era distinto. De acordo com as teses do PCB (...), a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e anti-imperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o “campesinato” era, naquele momento, a principal força da “revolução brasileira”, cujo conteúdo era imediatamente socialista.”*

Essa postura do PCB melhor exprime a concepção do papel dos camponeses para a elite e intelectualidade brasileira, que tal como Kautsky, expressavam o claro entendimento de que a “Revolução” nasceria no seio da classe operária, sendo o campo e seus sujeitos apenas um estágio a ser superado. Assim, “a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana, – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (Martins, 1981, p.26).

Esse cenário atraiu nova força na disputa pela organização da luta camponesa, a Igreja Católica, que historicamente estivera alinhada com os poderosos, mas que a partir da década de sessenta passa a atuar de forma decisiva junto aos trabalhadores rurais. É nesse período que a mesma se manifesta mais sensível aos problemas sociais e se lança na defesa da sindicalização do campo, contribuindo com a formação de líderes

sindicais e pressionando o Estado para a regulamentação dos sindicatos e realização da Reforma Agrária.

Esse engajamento pode ser explicado pela crescente preocupação da hierarquia católica com o avanço das forças comunistas no campo, fomentado pelas estruturas sociais injustas. Com isso, as lutas pela democratização do Brasil e pelo fortalecimento da sociedade civil ganham eco dentro do alto clero, transformado num ator político de peso, o que fez dessa a principal instituição envolvida na defesa dos direitos humanos.

Alguns frutos dessa articulação em torno dos problemas agrários puderam ser vistos no início dos anos sessenta, mais precisamente em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural. Entretanto, o golpe de 1964 levou todas as manifestações e articulações que sacudiam o campo brasileiro a caírem em silêncio trágico. Os movimentos foram suprimidos através da cassação do direito de reuniões, manifestações, questionamentos, sendo institucionalizadas e controladas as próprias organizações sindicais.

Um dos atos mais expressivos da intervenção militar foi a criação, em 1964, de um grupo de trabalho para a elaboração da proposta para a Reforma Agrária, que ficou conhecido como Estatuto da Terra. Esse projeto veio no sentido de acalmar os ânimos exaltados no campo, bem como ocupar um espaço de promessas sem a pretensão de virar realidade, o que se comprovou nos 20 anos que se seguiram.

Portanto, o recrudescimento dos conflitos é inequívoco. Igualmente, não se pode entendê-lo desvinculado do processo histórico, em especial das mudanças impostas pela abolição e pela redefinição do pacto de poder decorrente da ascensão da burguesia industrial. Tudo isso revela ações deliberadas em torno de um projeto excludente, viabilizado pelas ações empreendidas pelo Estado em defesa de um modelo de acumulação assentado no latifúndio e concentração extremada da renda.

Isso não implica em considerá-lo através de um viés unilateral, pois isso seria o mesmo que ignorar a importância dos movimentos sociais. Como vimos, o golpe militar e as décadas de repressão foram uma resposta direta à capacidade de organização e propostas de mudança oriundas dos trabalhadores do campo. Significa sim admitir que a composição das forças ainda é favorável àqueles que detém o poder há cinco

séculos e que, nesses tempos densos (Braudel, 1978) puderam ter seus interesses alinhados em torno de projetos potencializadores da acumulação de capital.

Consideramos os anos trinta uma das expressões acabadas desse fenômeno, pois é nesse momento que começam a ser traçadas estratégias para a expansão industrial, as quais incluem a necessária ampliação de mercados consumidores. Em consonância com uma nova ordem mundial, de fortalecimento do capital financeiro internacional, o país adota um modelo de desenvolvimento que privilegia a implantação de multinacionais, destacando-se as produtoras de maquinários e insumos para a agricultura.

No entanto, não se deve tomar este fato como se, isoladamente, pudesse provocar mudanças nas proporções vistas. É no próprio projeto político que são lançadas as âncoras para a modernização da agricultura. Assim, ao mesmo tempo em que crescem as fábricas de tratores, implementos, agrotóxicos, ávidas por consumidores, projeta-se para o campo a exploração empresarial, concentradora de terra e capital, em detrimento de uma agricultura que pudesse ser desenvolvida com maior fixação do homem no campo.

Assim, de forma recorrente, o aumento da produção agrícola vinculado à necessidade de equilibrar a balança comercial é impulsionado sem que seja tocada a estrutura da propriedade, golpeando mais um vez os trabalhadores rurais que, mesmo precariamente, moravam e trabalhavam em terras alheias. No bojo destes fatos, que geraram uma expulsão sem paralelo na história brasileira, a ponto de inverterem em algumas décadas a distribuição entre população urbana e rural, a expropriação também foi marcante, pois grande parte dos pequenos proprietários não conseguiram resistir a um modelo incompatível com a realidade e reais necessidades da produção familiar.

Portanto, é a falta de disposição em construir um projeto um pouco mais equânime para a agricultura brasileira que contribui para o acirramento das lutas contra a histórica concentração e exclusão da maioria. Desse modo, entramos em um novo milênio sem mudanças significativas na estrutura da propriedade, a qual, por sua vez, dá sustentação a uma minoria que conserva-se no poder e perpetua as relações que a mantém.

No caso em foco, qualquer referência a modernização exige ressalvas, pois o campo brasileiro é uma expressão contundente de contradições: nele encontramos a moderna agroindústria envolvida com cultivos altamente rentáveis, como a soja, a laranja e a cana-de-açúcar, que nada tem de moderna quando se parte para a análise das relações de trabalho; temos a poderosa indústria fumageira, empresas do setor suíno e avícola, expandindo-se às custas da extração da renda e transferência dos custos e riscos para os produtores familiares; abundam os especuladores, possuidores de grande parte do patrimônio fundiário, mantido inulto ou subutilizado, o qual gera uma imensa massa de excluídos do campo, ao negar-lhes inclusive o direito básico de vender sua força de trabalho. Há também médios e grandes proprietários, autodenominados produtores rurais, às voltas com dificuldades ante um governo e mercado globalizado. Enfim, temos também os pequenos proprietários, rendeiros, posseiros que, com o trabalho familiar e a obstinação de preservar a autonomia, resistem a uma política creditícia e de fomento altamente perversa.

No entanto, a demonstração do colapso desse modelo autoritário e centralizador já se insinuava no início dos anos oitenta, com as graves crises econômicas e o estado de ebulição social. Com isso, há uma recuperação gradual do espaço político dos trabalhadores rurais, sendo retomadas as condições necessárias para que os movimentos sociais pudessem ressurgir, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Essa força, traduzida num movimento social-popular de contestação, traz velhas bandeiras de luta, fortalecidas na história de ocupação do território e marcadas pela violência e injustiça. Esse movimento inaugura uma nova forma de pressão/conquista da terra, que são as ocupações de terras griladas, ociosas e abandonadas, numa tentativa de implantar a Reforma Agrária de direito, conforme aponta Molina (1992, p. 20)

*“Estas ocupações têm como objetivo dar a terra uma destinação mais justa do que a atual. Os trabalhadores rurais do M.S.T. entenderam e definem que a justiça na utilização da terra se realizará quando esta terra estiver cumprindo suas funções básicas: produzir alimentos para todos os cidadãos e*

*gerar empregos. O movimento tem claro segundo seus documentos que uma mudança na forma da distribuição e na reapropriação territorial do país implica necessariamente num enfrentamento de classes e de projetos diferenciados, em função dos interesses econômicos e políticos envolvidos neste tipo de conflito.”*

O MST eclode num momento de abertura política na ordem autoritária e repressora, juntamente com outros movimentos sociais (feministas, raciais, barragens, ecológicos, sem-teto) que são gestados a partir da década de 70 e que trazem uma nova compreensão de sociedade. Diferem dos antecessores por apregoarem uma concepção de sociedade pautada na importância do controle decisório, na diminuição do autoritarismo, seja ele do Estado, do partido, ou da Igreja.

O MST tem como marco referencial a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante, em 1979, no município de Ronda Alta – RS. As famílias que as ocuparam eram ex-arrendatárias das terras dos índios Kaingang de Nonoai-RS que, ao serem expulsas da reserva indígena, acamparam na região de Ronda Alta/Sarandi. A partir daí a luta cresce e nesse mesmo ano, após terem ocupado as fazendas Macali e Brilhante, 150 famílias ocupam a fazenda Anoni em Sarandi. Desse despejo nasce o acampamento da Encruzilhada do Natalino, referencial histórico da luta pela terra nesse período (Fernandes, 1994).

Temos aí o início da territorialização da luta. No entanto, o que queremos destacar é a existência de uma latência, ou seja, o questionamento da estrutura fundiária que, a partir dos anos 70, revela novas estratégias de enfrentamento, com a ocupação “pacífica” de terras ociosas.

Contudo, esses anos de amadurecimento do MST são marcados pela necessidade de intercâmbio entre os movimentos isolados, onde as estratégias de luta, alianças políticas e reivindicações são definidas à luz de três objetivos básicos, quais sejam:

- terra como forma de sobrevivência econômica;
- Reforma Agrária como mudança na agricultura brasileira que possa beneficiar todos os trabalhadores;

- luta por uma sociedade mais justa, onde não exista explorados nem exploradores.

*“O M.S.T se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais)”* (Stédile & Görgen, 1993, p. 38).

Nesse processo de construir o caminho, ocorreu a lapidação do termo sem-terra. Para estes autores, sem-terra são todos aqueles que trabalham a terra sem serem proprietários dela. No entanto, é Grzybowski (1990, p. 56-7) quem melhor constrói uma definição dessa identidade:

*“Sem-terra é, por definição um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do Movimento Sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade.”*

Podemos dizer, baseados nas orientações do M.S.T, que os primeiros anos do Movimento foram marcados pela prioridade em ocupar o latifúndio; a linha política de orientação estava baseada na palavra de ordem “terra não se ganha, se conquista”. Contudo, as experiências de assentamento acabaram por revelar que distribuir a terra não resolvia necessariamente o problema da expropriação, da fome. Assim, em março de 1989, no V Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a palavra de ordem definida foi: ocupar, resistir e produzir. Essa mudança reflete a decisão de aprofundar sua organização, indicando a necessidade de criar condições para o homem produzir no campo. A partir de 1991, é implementado o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), com o objetivo de estimular as atividades coletivas, vistas como a melhor forma de enfrentar as dificuldades da produção e comercialização. Em maio de 1992, na Assembléia das cooperativas, em Curitiba, fundam a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Conforme indicam Görgen & Stédile (1991, p.146), a cooperação agrícola nos assentamentos passa a ser entendida pelo Movimento não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão-de-obra, de meios de produção, mas acima de tudo como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e implantar o sistema socialista.

*“(...) as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção.”*

O III Congresso do Trabalhadores Rurais Sem Terra marca definitivamente uma nova bandeira de luta para o MST, que consiste em levar a luta do campo para as cidades. Essa preocupação fica bastante evidente na nova palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Entendemos que o M.S.T. tem exercido papel preponderante nas últimas décadas, no que se refere ao acesso à terra no Brasil. Portanto, é a legitimidade desse movimento que poderá levar à conquista da terra, bem como ao fortalecimento dos assentamentos com a superação do estado de isolamento, através da pressão sobre o Estado e as leis o que, por sua vez, permitirá o acesso a uma política agrícola que crie condições sustentáveis de se produzir no campo.

Diante de 12 milhões de trabalhadores sem-terra, de um futuro que promete números cada vez maiores de desempregados no Brasil e da ausência de projetos políticos, esse parece ser, no momento, o caminho do possível.

Outrossim, a ciência e, no caso em foco, a geografia, cujo saber acumulado tem na base os tributos extraídos compulsoriamente da classe trabalhadora, não pode omitir-se ao debate e as pesquisas orientadas para o desvendamento da produção do território, cujo pano de fundo são as relações voltadas à reprodução das condições materiais de existência. É com esse pressuposto que empreendemos essas reflexões, mais propriamente esse convite ao debate, pois entendemos ser esse o caminho para o cumprimento de nossa função social: a produção do conhecimento com vistas a uma vida melhor... para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST- Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Estado de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

GÖRGEN, Frei S. A., STÉDILE, João P. (orgs.) *Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis : Vozes, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde S. (Orgs.) et all. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOLINA, Mônica C. *Pluralismo jurídico: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e o direito à propriedade fundiária no Brasil*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

---

## Theoretical bases for understanding the agrarian question: brief considerations

### ABSTRACT

This text is related to the analysis of the Brazilian agrarian question based on its historical restrictions, emphasizing the movements of resistance and struggle for the land. The theoretical background of this analysis is obtained from the recovery of works by two classical authors – Kark Kautsky and Alexander V. Chayanov, as well as two Brazilian contemporary authors – Caio Prado Júnior and Jose de Souza Martins. The criteria for choosing both the classical and the Brazilian authors as well as their works, were defined based on the divergent interpretations about the agrarian question and the countrymen's political role within the capitalist way of production. The recovered interpretations intend to reach an understanding not only of the relations underlying the agrarian conflicts but also of the evolution of the agriculture modernization, favouring the analysis of the new ways of struggle, undertaken by the rural movements.

**KEY WORDS:** classical theoreticians, agrarian question, land income, agriculture modernization, rural movements.